

O QUE A GEOGRAFIA (POLÍTICA) DEVE SER. A GEOGRAFIA POLÍTICA ENTRE A PAZ E A GUERRA¹

Elena dell'Agnese
Facoltà di Sociologia, Università di Milano-Bicocca.
elena.dellagnese@gmail.com

RESUMO

O texto resgata autores clássicos da Geografia Política (Kropotkin, Mackinder, Hartshorne) para ilustrar as profundas relações entre a história da Geografia Política e a construção da paz, ainda que as suas origens e desenvolvimento tenham se entrelaçado frequentemente com estudos geoestratégicos que esposam pontos de vista naturalizantes e “descontinuistas”. Aponta a importância dos congressos mundiais para a aproximação entre cientistas como “cidadãos do mundo” em busca da abolição de preconceitos – ainda que frequentemente os cidadãos em questão não tenham sido civis, mas militares. Uma Geografia Política pela paz busca a superação de discursos geopolíticos e a construção de uma imaginação geográfica crítica e mais matizada, contribuindo para a busca de relações territoriais harmoniosas, porosas, flexíveis, como é o espaço de que são constituídas.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Política; Paz; História do Pensamento Geográfico; Geopolítica; Guerra.

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a paz se desenvolveu como resposta a uma série de eventos formativos na história – as guerras mundiais, Hiroshima, a Guerra Fria, as guerras étnicas da era pós-Guerra Fria e, mais recentemente, o 11 de setembro de 2001 (Wallensteen, 2011, p. 14)²

“A Geografia”, escrevia em 1885 Piotr Alekseevich Kropotkin, “desde nossa mais tenra infância, que todos somos irmãos, independentemente da nossa nacionalidade. Nestes tempos de guerras, de ufanismos nacionais, de ódios e rivalidades entre nações, que são habilmente alimentados por pessoas que perseguem seus próprios e egoísticos interesses, pessoais ou de classe, a Geografia deve ser – na medida em que a escola deve fazer alguma coisa para contrabalançar as influências hostis – um meio para anular esses ódios ou estereótipos e construir outros sentimentos mais dignos e humanos”.³

Certamente, a Geografia Política deveria ser isso: um meio para dissipar os preconceitos “políticos”, ou melhor, uma lente para observar criticamente o aparato de categorias que utilizamos na nossa interpretação e leitura do mundo em sentido “político”; para dissipar as crenças errôneas e as interpretações previsíveis. No entanto, a célebre exortação de Kropotkin, que convidava a fazer da Geografia um instrumento de conhecimento recíproco e, portanto, de paz foi muitas vezes esquecida e a Geografia Política foi transformada em um instrumento de guerra.

¹ “What political geography ought to be” foi o título de uma sessão dedicada ao tema da paz e da guerra na Geografia Política, organizada por Elena dell'Agnese e Toshiyuki Shimazu para a Regional Conference of the International Geographical Union, Cracóvia, 18-22 de agosto de 2014. Tradução do italiano de Cláudia Mendonça Scheeren, revisão de Adriana Dorfman.

² No original, está em inglês: “Peace research has developed in response to a set of formative events in history – the World Wars. Hiroshima, the Cold war, the ethnic wars in the post-Cold War era and most recently September 11 2001”

³ Reimpresso no The Anarchist Library, 2012, p. 7. A tradução é da autora, como todas as outras, a menos que esteja especificado.

A presente contribuição tem a intenção de individualizar, na história da Geografia Política acadêmica – ou seja, a partir do final do século XIX (Dumbar, 2001) – como os geógrafos se posicionaram em relação à reflexão sobre a paz e qual foi a contribuição deles a esse respeito. Mesmo se nos limitamos a utilizar o termo “paz” para indicar a ausência de conflito – a “*negative peace*” de Galtung (1967),⁴ a ligação entre Geografia Política, paz e guerra é complexa, uma vez que se organiza através de três dimensões diferentes (Mamadouh, 2004, p. 26): a primeira se liga ao modo como a guerra é considerada pelos geógrafos (como um evento “natural” ou como um comportamento coletivo indesejável a ser evitado), a segunda tem relação com o uso instrumental que pode ser feito dos conhecimentos geográficos (para melhor conduzir a guerra ou para preveni-la e conquistar a paz), e a terceira considera as possibilidades de aplicação dos estudos geográficos para o exame das consequências territoriais dos conflitos. Na análise aqui proposta, tentaremos evidenciar a interconexão existente entre a primeira e a segunda dimensão, também em relação ao significado variável atribuído à paz, deixando à parte a última que faz referência a pesquisas de Geografia Política aplicada.⁵

A GEOGRAFIA, OS MOVIMENTOS PARA A PAZ E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

“Quando os geógrafos debatem a respeito do conteúdo da disciplina deles, não deveriam julgar os métodos ou o âmbito de especialização, mas somente a ética” (Inwood e Tyner, 2011, p. 443). No entanto, julgar a posição assumida pelos geógrafos do passado em relação a questões que hoje consideramos eticamente inadmissíveis, como por exemplo a guerra, é uma operação bastante difícil que requer uma contextualização imprescindível. Em períodos históricos nos quais o discurso geopolítico considerava o expansionismo territorial não apenas apropriado, mas também inevitável (por razões de oportunidades estratégicas, para satisfazer a necessidade de recursos, por reivindicação irredentista, ou simplesmente para honrar as responsabilidades impostas pelo “fardo do homem branco”),⁶ a conquista militar era, de fato, uma prática legítima e a guerra a sua consequência necessária.

⁴ O termo “paz” possui muitos significados (Webel e Galtung, 2007). O objetivo da “*positive peace*”, que Galtung identifica como ausência de “violência estrutural” e de injustiças ligadas às disparidades entre ricos e pobres, deveria ser o objetivo primário de toda a pesquisa geográfica e social. Por isso, é muito vasto para poder ser tratado desta forma, mesmo se já em 1965 Stolberg, inspirando-se em Galtung (1964), definia o papel da Geografia voltada para a paz em relação a esse objetivo mais amplo, ou seja, referente à paz como uma condição de equilíbrio, e não simplesmente como o oposto da guerra.

⁵ A questão fundamental das consequências territoriais e ambientais dos conflitos foi explorada, com métodos e perspectivas diversas, por décadas. Ver, por exemplo, Brunhes e Vallaux (1921) ou Sanguin (2014).

⁶ The White Man’s Burden é o título de uma ode publicada por Rudyard Kipling em 1899, na qual se coloca em evidência a responsabilidade que os expoentes do gênero superior (os homens) da raça superior (a branca) possuem em relação à civilização do resto da humanidade. Hoje, pode-se considerar um condensado perfeito do discurso geopolítico chamado por John Agnew de “civilizational geopolitics”, ou seja, a geopolítica da missão civilizatória” (Agnew, 1998).

Não parece, portanto, correto analisar com a ética dos nossos dias as posições daqueles que, entre o final do século XIX e o início do século XX, ofereciam justificativas teóricas a um discurso geopolítico⁷, falando em "espaço vital" ou em "pivô geográfico da história". Para a primeira fase da história da Geografia Política acadêmica, parece mais interessante buscar as páginas dos poucos que, como Kropotkin, Elisée Reclus (envolvido na *Ligue de la Paix et de la Liberté*) (Pelletier, 2009), ou Arcangelo Ghisleri, conseguiram separar-se do “senso comum” da época, posicionando-se abertamente pela paz. No entanto, uma contextualização do discurso é necessária para entender como o significado, não somente o da guerra mas também aquele atribuído à paz, tem variado no tempo.

Ghisleri, por exemplo, dedicou uma boa parte de seus estudos à fazer da Geografia um instrumento para aumentar a capacidade de agir das classes populares. Para esta finalidade, dedicou-se com paixão ao ensino e lançou diversas revistas, entre as quais *Geografia per tutti* (1891-1895) e *Le comunicazioni di un collega* (1894-1911). Em 1896, publicou um estudo sobre o colonialismo e o "direito dos povos", no qual tentava, com uma abordagem crítica, dissipar os pressupostos "naturalizantes" do discurso colonialista: "as teorias daqueles que pretendem justificar com a Ciência o predomínio de uma raça sobre as outras fundamentam-se em uma arrogante ignorância..." (Ghisleri, 1896, p. 73). Em 1906, junto com outros exilados políticos, fundou em Lugano, uma revista com o nome de *Coenobium* (1906-1919), que em 1913 se expressou contra a Guerra na Tripolitânia e em seguida lançou uma seção com o título "Guerra à Guerra" (Anta, 2010 e 2012), abertamente posicionada contra o intervencionismo. Porém, Ghisleri, após ter-se lançado contra a guerra colonial, assumiu uma posição favorável à intervenção e deixou a redação da revista (Masini, 1989). No entanto, nesta aparente contradição, Ghisleri não permaneceu sozinho. Pelo contrário, um comportamento semelhante foi compartilhado por outros expoentes dos movimentos pela paz (inclusive um prêmio Nobel da Paz, Ernesto Teodoro Moneta), que na quase totalidade assumiram uma posição intervencionista. O fato é que, com exceção dos redatores de *Coenobium*, apoiadores de um "pacifismo integral" próximo ao dos quakers, ou de Lev Tolstói,⁸ a maior parte daqueles que naquela época tomavam partido "pela paz" não eram adeptos da "não-violência" a qualquer preço, mas queriam simplesmente criar um sistema de instituições jurídicas⁹ que permitisse alcançar uma condição de equilíbrio internacional (dell'Agnese, 2016). Com esta finalidade, uma guerra voltada a

7 Para a definição de discurso geopolítico ver dell'Agnese, 2005.

8 Vegetariano e seguidor decidido da não-violência, Tolstói inspirou um movimento pacifista que teve uma grande influência sobre o posterior pacifismo. O próprio Gandhi fundou, em 1910 na África do Sul, uma comunidade para a difusão da satyagraha (não-violência) a qual chamou de Tolstói Farm.

9 O pacifismo “jurídico”, do qual Moneta era o maior expoente na Itália, se contrapunha por isso ao pacifismo integral (ver Cooper, 1996).

destruir os impérios não apenas poderia ser justificada, mas deveria, até mesmo, ser buscada, porque era "a guerra para pôr fim à guerra" (Wells, 1914).

ENTRE CONFERÊNCIAS DE PAZ E CONGRESSOS INTERNACIONAIS

A Primeira Guerra Mundial não pôs fim às guerras. Ajudou, porém, na difusão da ideia de que mesmo que a guerra faça parte das relações internacionais, ela deve ser evitada.¹⁰ Ainda naqueles anos de conflito, por exemplo, grupos de estudiosos das diversas partes em confronto foram convocados para contribuir na redação de tratados que prevenissem guerras futuras. Entre eles estavam geógrafos como Isaiah Bowman, que encabeçava o *The Inquiry*, a equipe recrutada por Wilson em 1917 para preparar os materiais para as negociações de paz, ou Paul Vidal de la Blache, vice-presidente do *Comité d'études* do Ministério de Relações Exteriores francês (Bariety, 2002). Outros geógrafos como Emmanuelle de Martonne e Jovan Cvijić participaram do trabalho de redigir os Tratados de Paris, tendo sido chamados ao lado dos vencedores para redigirem as condições de uma paz “científica” (Muscarà, 2005). Para este fim, a Geografia Política e a Antropologia eram chamadas a traçar mapas etnográficos detalhados, capazes de dividir o mundo de modo preciso: o “território” de uma “nação” do território da “nação” vizinha, para satisfazer o direito de autodeterminação dos povos e eliminar as reivindicações irredentistas.

O desejo de evitar guerras futuras era, portanto, bem claro, assim como era o uso instrumental do conhecimento geográfico a este propósito. Infelizmente, o discurso “descontinuista” da época (Fabietti, 2002), dava como certa a ideia que o mundo fosse realmente feito como um mosaico, no interior do qual cada peça colorida correspondia a um povo (uma nação ou etnia) com sua cultura e que cada peça fosse claramente distinguível daquela ao seu lado, a qual correspondia, por sua vez, a um povo e uma cultura diferentes. Para tanto, uma Europa de “nações”, que como “belas adormecidas” (Minogue, 1967) esperavam serem despertadas pelos acordos de paz, devia ser delineada através da lógica “territorial” (Agnew, 1994) dos vencedores. Uma lógica não somente imperfeita na aplicação, pelas muitas margens de incerteza deixadas entre um limite e outro,¹¹ mas substancialmente inadequada para compreender a complexa articulação étnica e cultural de boa parte do continente. Assim, a Geografia, em vez de estar a serviço da paz, “contribuiu para formular as bases territoriais de acordos que acabavam por lançar as sementes, tanto nos Balcãs, quanto na Europa Ocidental, dos conflitos futuros” (Ter Minassian, 2002, p. 200).

10 Pelo contrário, poder-se-ia dizer que com a Primeira Guerra Mundial a posição do pacifismo “jurídico” se tornou mainstream, enquanto o movimento integral pela não-violência se tornou aquilo que nos dias atuais consideramos “pacifismo”.

11 Eram aqueles que T. Griffith Taylor (1946) definiu como “sore spots”.

Como instrumento de uma paz que não se demonstraria como tal, a Geografia (assim como outras disciplinas científicas) começava, naqueles anos, a ser pensada como um âmbito diplomático que permitiria instaurar boas relações entre os estudiosos em nível internacional. Uma tentativa neste sentido já havia ocorrido com o primeiro *International Geographical Congress*, realizado em Anvers em 1871¹² (Shimazu, 2015). Mesmo se a posição das várias Sociedades geográficas que naqueles anos se formavam na Europa permanecia prevalentemente orientada aos interesses de matriz colonial,¹³ substancialmente concorrendo uma com a outra, ao belga se seguiram outros dez congressos,¹⁴ testemunhas de como as relações entre estudiosos já estavam orientadas à troca recíproca mais do que à rivalidade (Close, 1928). Após a pausa imposta pela guerra, e com o estímulo do International Research Council (instituído em 1919), decidiu-se incrementar estas relações, através de uma International Geographical Union (A.R.H., 1922), que se encarregaria de organizar periodicamente os novos congressos geográficos internacionais e de criar espaços para discussões e encontros disciplinares que fossem para além dos interesses nacionais. O papel diplomático destes encontros internacionais era evidente desde então. Como escrevia Close (1928, p. 100), de fato, “A ciência é essencialmente internacional e cada estudioso tem necessidade, de vez em quando, de libertar-se das preocupações intelectuais dos seus compatriotas. Este é especialmente o caso da Geografia, que de todos os campos do saber é aquela que mais amplamente exige ser estudada do ponto de vista do cidadão do mundo”.

Na reunião de fundação da *International Geographical Union* (1922) participaram em torno de trinta representantes das principais Sociedades Geográficas europeias e internacionais. No entanto, o fato de que a metade deles fossem expoentes do Exército e da Marinha de seus países (A.R.H., 1922), testemunha como naquela época a Geografia, além de ser estudada do ponto de vista do cidadão do mundo, era estudada frequentemente também do ponto de vista do soldado de cada País. Representando a Itália, participaram do encontro Pietro Magrini e Nicola Vacchelli, que naquela ocasião foi nomeado primeiro vice-presidente da IGU e, na sequência, foi eleito seu presidente. Além de ser um geógrafo,¹⁵ um especialista em geodésia e um membro importante da Real Sociedade Geográfica Italiana, Vacchelli era um general da divisão do exército italiano.

12 Como cita Shimazu (2015, p. 99), a convocatória colocava como finalidade do encontro superar "distances, difference in nationality, and sometimes even hostile prejudices" (i. é “distâncias diferenças em nacionalidades e, por vezes, até preconceitos hostis”).

13 No que diz respeito à Sociedade Geográfica Italiana, por exemplo, ver Carazzi, 1972 e Cerreti, 2000; para a britânica, ver Heffernan, 1996.

14 Do qual o terceiro aconteceu em Veneza, em que participaram 784 delegados, entre eles 451 italianos e o décimo ocorreu em 1913, em Roma.

15 Na qualidade de comandante do Instituto Geográfico Militar, Vacchelli havia colaborado com Olinto Marinelli, organizando o VIII Congresso Geográfico Italiano (Florença, 1921) e estimulando a realização do Atlante dei tipi geografici desunti dai rilievi al 25,000 e al 50,000 dell'Istituto Geografico Militare, publicado pelo próprio Marinelli em 1922.

“TALVEZ NÃO EXISTA UM FATO NA VIDA QUE, COMO A GUERRA, FAÇA TANTO SENTIR A NECESSIDADE DA GEOGRAFIA”

Como chefe do serviço cartográfico, Vacchelli havia participado da Primeira Guerra Mundial e, depois, foi eleito também comandante do Instituto Geográfico Militar. Portanto, de certa forma, representava a figura perfeita para exemplificar o papel duplo da Geografia como instrumento de conhecimento, mas também como forma de saber instrumental para a guerra.

Este papel era bem definido, tanto que um livreto publicado pela Real Sociedade Geográfica Italiana,¹⁶ assinado pelo Comandante G. Roncagli, iniciava exatamente assim:

Talvez não exista um fato na vida que, como a guerra, faça tanto sentir a necessidade da geografia. E, ao dizer isso pensamos muito menos no conceito popular da doutrina geográfica, que na sua verdadeira essência científica. Pensamos muito menos na utilidade de difundir noções unicamente descritivas ou nomenclaturas nuas, para satisfazer uma curiosidade passageira, que nos principais meios através dos quais o homem pode remontar à própria razão dos fatos da guerra (Roncagli, 1918, p. VII).

A citação é interessante porque antecipa, mesmo se obviamente com sentido diferente, não somente o título do célebre opúsculo de Yves Lacoste (*La géographie ça sert, d'abord, a faire la guerre*, 1976), mas também a distinção entre o saber geoestratégico e a “Geografia dos professores” ali inserida. De fato, ainda segundo Roncagli, o saber nocionista¹⁷ é útil para saciar uma “curiosidade passageira”, enquanto a verdadeira essência da Geografia consiste no saber geoestratégico, que se baseia no conhecimento não somente da geografia física do teatro de guerra, mas também “das pessoas que o habitam, ou seja, da geografia humana e social” (Roncagli, 1918, p. VII). Uma vez que a questão do Adriático, prossegue Roncagli, apaixona muitas pessoas, é importante “dar a todos o modo de perceberem fatos e coisas, que de outra forma não poderiam ser compreendidas senão de modo imperfeito” (p. IX).

Portanto, conhecer a geografia serve para entender as razões da guerra. Ou, como escreve, mais ou menos na mesma época Halford J. Mackinder, serve para preveni-la. De fato, no livro *Democratic Ideals and Reality*, Mackinder salienta como, para poder concretizar os próprios ideais em termos políticos, é necessário desenvolver um pensamento geoestratégico, que permita refletir com uma perspectiva cartográfica. Os alemães, bem-dotados de cultura geográfica, saberiam fazer desta forma, mas os outros povos não sabem; sobretudo os britânicos parecem não estar preparados, porque, como acrescenta Mackinder “antes da guerra eu conhecia muitos professores que consideravam inoportuno que a Geografia fosse ensinada na escola, porque promove o imperialismo, da mesma forma que objetavam ao exercício físico, que impulsiona ao militarismo” (1919, p. 28). Ao

¹⁶ O problema militar do Adriático explicado a todos/ Il problema militare dell'Adriatico spiegato a tutti (1918).

¹⁷ Que aqui chamamos “enciclopédico” (n.t.).

contrário, uma perspectiva geográfica “do alto” ajuda a ver a realidade de modo organizado e a civilidade, como antecipado na introdução, “baseia-se na organização da sociedade, de modo que cada um de nós possa prestar serviço a um outro, mais elevada é a civilidade, mais articulada a divisão do trabalho e mais complexa a organização” (idem).

O *Democratic Ideals and Reality* na época de seu lançamento não teve uma grande recepção.¹⁸ Naqueles anos, o “*The geographical pivot of history*” (Mackinder, 1904) e a posterior teoria do *heartland*, que graças à obra de difusão de Karl Haushofer, passaram a fazer parte do patrimônio cultural da *Geopolitik* alemã, receberam maior atenção. De modo geral, foi bem-sucedida a ideia de que o mundo deveria ser visto “do alto”, que fez da visão geopolítica “vôo de pássaro”¹⁹ um dos elementos característicos da Geografia Política das décadas de 1930 e 1940.

Por este mesmo motivo, ou seja, por causa da fama adquirida durante a Segunda Guerra Mundial, no pós-guerra a geopolítica, mesmo tendo seguido no âmbito do statecraft e das relações entre Estados, foi retirada dos currículos universitários e das revistas acadêmicas e acusada de ser um “veneno intelectual” (Hartshorne, 1954, p. 126). Contrariamente a isso, continuava-se a pedir que a Geografia Política, que para sobreviver havia assumido o aspecto mais neutro (e científico) possível, fosse um instrumento adequado para resolver conflitos e reassegurar a paz, no caso “do advento de outras crises” (Hartshorne, 1950, pp. 103). De fato, Hartshorne (1950) declarava que a necessidade da competência “científica” da Geografia já havia se tornado clara no decorrer da Primeira Guerra Mundial, quando a necessidade de reorganizar a divisão territorial da Europa segundo bases que pudessem garantir às muitas nacionalidades do continente viverem pacificamente juntas havia imposto a convocação dos geógrafos e de suas competências. No entanto, os geógrafos da época haviam se demonstrado “drasticamente imaturos em relação à capacidade de argumentar em termos de Geografia Política” (1950, p.103). Por isso, “quando for necessária uma ciência desenvolvida a partir da Geografia Política, deveremos estar preparados para oferecê-la” (idem). Para este fim, Hartshorne propunha a abordagem funcional.

DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ A GEOGRAFIA POLÍTICA PARA A PAZ

A necessidade de fazer da Geografia Política um instrumento para a paz não é nova, como também o desejo de fazer da Geografia o meio para favorecer a compreensão recíproca. No fundo,

18 Foi, porém, reimpresso nos Estados Unidos em 1942, aos cuidados da National Defense University of Washington, quando Mackinder, graças à propaganda da *Geopolitik* alemã, havia se tornado bastante célebre também lá.

19 De acordo com John Agnew (1998), a “visualização global”, em forma de “voo de pássaro”, sem a qual seria impossível pensar em política em termos planetários, é exatamente aquilo que distingue a imaginação geopolítica clássica.

era para isso que deveria servir a Geografia, escreveu Kropotkin em 1885. A mesma ideia havia sido promovida, em 1935, por Atwood, o qual, falando como presidente aos membros da *Association of American Geographers*, havia evidenciado a responsabilidade da Geografia para “superar a ignorância entre as pessoas em relação as outras pessoas do mundo e remover os avanços do ódio [porque] a paz não pode se desenvolver na ignorância” (Atwood, 1935, p. 15). Nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, o geógrafo australiano T. Griffith Taylor (1946, 1951) também insistiu no tema, afirmando que não somente a educação geográfica ajuda a superar preconceitos e estereótipos, mas a geopolítica pode ter seu sentido transformado e se tornar “geopacífica”.

O neologismo de Griffith Taylor teve pouco sucesso. A importância da Geografia na educação para a paz, no entanto, foi retomada também nos anos seguintes. Por exemplo, William Bunge, geógrafo radical que foi aluno de Richard Harsthorne, esforçou-se para demonstrar que a educação maciça dos jovens é o único investimento que produz riqueza, acrescentando, a este respeito, que os “geógrafos devem empenhar-se para fazer com que a superfície da Terra se torne realmente a casa dos seres humanos, que a humanidade encontre a paz, o repouso, a harmonia e a unidade com a natureza. O objetivo final da Geografia não é simplesmente descrever a superfície da Terra como casa dos seres humanos, mas fazer de modo que o seja realmente” (1973, p. 287).

Bunge podia definir-se um dissidente do ponto de vista político, enquanto simpatizante comunista e abertamente posicionado contra a guerra do Vietnã (pelo contrário, era alguém que havia se lançado completamente no movimento pela paz, após o início do “crime no Vietnã”, em 1965) (Bunge, 1979). Os expoentes da Geografia radical norte-americana, no entanto, não eram os únicos a quererem a paz. De fato, em 1964, ainda antes do início do “crime no Vietnã”, um geógrafo quaker chamado John Brush havia organizado um encontro interdisciplinar sobre o tema da “*peace research*” (i. é, pesquisa para a paz), em Siracusa, onde se havia decidido organizar uma sessão sobre o tema para o encontro seguinte da *Association of American Geographers* (Brush, 1964). A contribuição da Geografia Política, que se ocupava de interesses como as disputas pelas fronteiras, a distribuição das minorias étnicas e o impacto dos movimentos dos refugiados, de acordo com Brush, deveria ser bem esclarecida. Portanto, a sessão “Peace Research and Geography” do *Annual Meeting* de 1965, ajudou a fixar os termos do debate para entender como os geógrafos poderiam colaborar com colegas de outras disciplinas no desenvolvimento do campo da “*peace research*” (Stolberg, 1965).

Novas “chamadas às armas” na mesma direção teriam depois periodicamente acontecido (Pepper, Jenkins, 1983; van der Wusten, O’ Loughlin, 1986; O’ Loughlin, van der Wusten, 1986; Kliot, Waterman, 1991; Flint, 2005; Gregory, 2010; Inwood, Tyner, 2011; Dalby, 2011; Koopman,

2012; Loyd, 2012; Megoran, 2011; Megoran, McConnell, Williams, 2014), resultando na produção de uma literatura muito substancial sobre o assunto.

CONCLUSÕES

Extraírem diretrizes unitárias é certamente complicado. No complexo relacionamento entre a Geografia Política, a paz e a guerra entram em campo, como se viu, o discurso geopolítico dominante, que pode aceitar a guerra como continuidade da política (ou ainda justificá-la com finalidades preventivas), o momento histórico (em geral, depois de uma guerra, é mais fácil que se difunda o desejo de paz) e o significado atribuído à disciplina. A Geografia pode ser utilizada como instrumento de conhecimento, favorecendo o encontro de estudiosos que se tornam, num evento científico, “cidadãos do mundo”. Além disso, pode ajudar a entender que a paz não é um dado de fato, mas um processo, que não é uma condição estática resultante da imposição daqueles “bons limites que fazem os bons vizinhos”, mas um sistema de relações territoriais harmoniosas, porosas, flexíveis, como é o espaço de que são constituídas (Massey, 2005; dell’Agnese, 2013).

Para trabalhar nesta direção, é necessário superar os julgamentos prévios e os preconceitos, como já sublinhava Kropotkin. Aprender a conhecer-se, no entanto, não é suficiente. É preciso também eliminar aquele sistema de categorias interpretativas dadas como certas sobre as quais se baseia o “mapa geopolítico do mundo”; um mapa no qual as categorias do medo se espalham através das fronteiras. Como sublinha Dalby (2011), a Geografia Política pode levar à “peace research” uma imaginação geográfica crítica e mais matizada, em relação àquela sobre a qual se fundamentam muitos dos estudos internacionais contemporâneos. E isso não é pouco.

REFERÊNCIAS

- AGNEW J. The *territorial trap*: the geographical assumptions of international relations theory. In **Review of International Political Economy**, 1, 1, 1994, pp. 53-80
- _____. **Geopolitics: Re-visioning World Politics**. Londres e New York: Routledge, 1998 (2º ed. 2002).
- ANTA C.G. **Guerra alla guerra**. La lezione pacifista di “coenobium”. Roma: Aracne, 2010.
- _____. La battaglia pacifista di coenobium. IN G. ANGELINI (ORG.) **Nazione, democrazia e pace: tra ottocento e novecento**, Milano, Franco angeli, 2012, PP. 143-162.
- A.R. H. The international geographical union. In. **The geographical journal**, 60, 4, 1922, PP. 291-294.
- ATWOOD W.W. The increasing significance of geographic conditions in the growth of nation-states”. IN. **Annals of the association of american geographers**, 25, 1, 1935, PP. 1-16.
- BARIETY J. La grande guerre (1914-1919) et les géographes français. IN. **Relations internationales**, 109, 2002, PP. 7-24.
- BRUSH J.E. Peace Research And Geography”. In **The Professional Geographer**, 16, 4, 1964, pp. 49-49.
- BRUNHES J., Vallaux C. La *géographie* de l’histoire, *géographie* de la *paix* et de la guerre sur terre et sur

mer. Parigi : F. Alcan, 1921.

BUNGE W.W. The geography of human survival. In **Annals of the Association of American Geographers**, 63, 1973, pp. 275-95.

_____. Perspective on Theoretical Geography. In **Annals of the Association of American Geographers**, 69, 1979, pp. 170-174.

CARAZZI M. **La Società Geografica italiana e l'esplorazione coloniale in Africa(1867-1900)**. Firenze: La Nuova Italia, 1972

CERRETI C. **Della Società Geografica Italiana e della sua vicenda storica (1867-1997)**. Roma: Società Geografica Italiana, 2000.

CLOSE C. Address at the Anniversary General Meeting of the Society Held on 18 June 1928. In **The Geographical Journal**, 72, 2, 1928, pp. 97-116

COOPER S.E. **Patriotic Pacifism**. Waging War on War in Europe 1815-1914. New York- Oxford: Oxford University Press, 1991.

DALBY S. **Peace And Geopolitics: Imagining Peaceful Geographies**, 2011. Disponível em http://http-server.carleton.ca/~sdalby/papers/PEACEFUL_GEOGRAPHIES.pdf

DELL'AGNESE, E. **Geografia politica critica**, Milano, Guerini, 2005.

DELL'AGNESE, E. The Political Challenge of *Relational Territory*. In D. Featherstone, J. Painter (org.), **Spatial Politics: Essays for Doreen Massey**, Oxford, Wiley, 2013, pp. 115-124.

DELL'AGNESE, E. **Guerra alle guerre? Arcangelo Ghisleri, dal pacifismo all'interventismo**. Paper presentato al Convegno di studi La Geografia italiana e la prima Guerra mondiale: prima, durante, dopo. Trieste, 18 e 19 Febbraio 2016.

DUNBAR G.S. (org.). **Geography: Discipline, Profession and Subject since 1870**. An International Survey. Amsterdam: Kluwer, 2001.

FABIETTI U. **L'identità etnica**. Storia e critica di un concetto equivoco. Roma: Carocci, 2002.

FLINT C. (org.). **The geography of war and peace from death camps to diplomats**. Oxford e New York: Oxford University Press, 2005.

GALTUNG J. A critical definition of peace research. IN. **Our generation against nuclear war**, 3, 2, 1964, pg. 4-21.

GALTUNG J. **Theories of peace. A synthetic approach to peace thinking**, Oslo: International Peace Research Institute, 1967.

GHISLERI A. **Le razze umane e il diritto nella questione coloniale**. Bergamo: Istituto Italiano D'arti Grafiche, 1986.

GREGORY D. War and peace. In **Transactions of the Institute of British Geographers**, 35, 2, 2010, pp. 154 – 186

HEFFERNAN M. Geography, Cartography and Military Intelligence: The Royal Geographical Society and the First World War. In **Transactions of the Institute of British Geographers**, 21, 3, 1996, pp. 504-533

INWOOD J., TYNER J. Geography's Pro-Peace Agenda: An Unfinished Project. In **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, 10, 3, 2011, pp. 442-457. Disponível em http://www.acme-journal.org/vol10/Inwood_Tyner2011.pdf

HARTSHORNE R. The Functional Approach in Political Geography. In **Annals of the Association of American Geographers**, 40, 2, 1950, pp. 95-130

KLIOT N., WATERMAN S. (ORG.). **The political geography of conflict and peace**, London, Belhaven, 1991.

- KOOPMAN S. Alter-geopolitics: Other securities are happening. **Geoforum**, 42, 3, 2011, pp. 274–284. Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718511000091>
- Kropotkin P.A. What Geography Ought to Be. In **The Nineteenth Century**, 18, 1885, pp. 940-956. Disponível em <http://www.praxis-epress.org/CGR/2-Kropotkin.pdf>
- LACOSTE Y. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**, Parigi : Maspero, 1976.
- LOYD J.M. Geographies of peace and antiviolence. IN **Geography compass**, 6,8, 2012, PP. 477-489.
- MASINI P.C.A. Ghisleri tra la pace e la guerra. IN **Archivio storico bergamasco**. Rassegna semestrale di storia e cultura, 15/16, 1989, PP. 69-77.
- Massey D. **For Space**, Londres: Sage, 2005.
- Mamadouh V. Geography and war, geographers and peace. In C. Flint (org.), **The geography of war and peace: from death camps to diplomats**, Oxford, Oxford University Press, 2005, pp. 26-60.
- MACKINDER H.J. The geographical pivot of history. In **The Geographical Journal**, 23, 4, 1904, pp. 421-437.
- _____. **Democratic ideals and Reality**. A Study on the Politics of Reconstruction. New York: Holt, 1919.
- MEGORAN N. War and peace? An agenda for peace research and practice in geography. In **Political Geography**, 30, 2011. Disponível em <http://about.elsevier.com/pdf/JPGQ/MegoranWarPeace.pdf>
- MEGORAN N., MCCONNELL F., WILLIAMS P. (org.). **Geographies of Peace**. London: I.B. Tauris, 2014.
- MINOGUE K. R. **Nationalism**. Londres: Batsford, 1967.
- Muscarà L. Geografi, etnicità e confini a Versailles. In E. DELL'AGNESE, E. SQUARCINA, (org.). **Europa. Vecchi confini e nuove frontiere**. Torino: UTET Libreria, pp. 189-220.
- O' LOUGHLIN J., VAN DER WUSTEN H. Geography, war and peace: notes for a contribution to revived political geography". IN **Progress in human geography**, 10, 4, 1986, PP. 484-510.
- Pelletier P. **Élisée Reclus, géographie et anarchie**. Éditions Libertaires/éditions du Monde libertaire, 2009.
- PEPPER D., JENKINS A. A Call to Arms: Geography and Peace Studies. In **Area**, 15, 3 1983, pp. 202-208.
- Roncagli G. **Il problema militare dell'Adriatico spiegato a tutti**. Roma: Reale società geografica italiana, 1918
- SANGUIN A.-L-. Les opérations de maintien de la paix des Nations unies, une géographie politique appliquée. In **L'Espace politique**, 23, 2, 2014. Disponível em <https://espacepolitique.revues.org/3117>
- SHIMAZU T. War, peace, and a geographical internationalism: the 1871 Antwerp international geographical congress. In **Geographical reports of Tokyo Metropolitan University**, 50, 2015, pp. 97–105.
- STOLBERG I. Geography and Peace Research. In **The Professional Geographer**, 17, 4, 1965, pp. 9-12.
- TAYLOR G.T. **Our evolving civilization: an introduction to geopacifics, geographical aspects of the path toward world peace**. Toronto: University of Toronto, 1946.
- TAYLOR G.T. Geopolitics and geopacifics. In G.T. Taylor (org.), **Geography in the Twentieth Century**, Londres: Methuen, 1951, pp. 587-608.
- TER MINASSIAN T. Les géographes français et la délimitation des frontières de la Bulgarie à la conférence de la paix en 1919. In **Balkanologie**, VI, 1-2, 2002, pp. 199-212.
- WALLENSTEEN P. The Origins of Contemporary Peace Research. In K. HÖGLUND, M. ÖBERG (org.), **Understanding Peace Research. Methods and Challenges**. Oxon: Routledge, 2011, pp. 14-32.
- WEBEL C., GALTUNG J. (org.). **Handbook of Peace and Conflict Studies**. Londres-New York: Routledge, 2007.
- WELLS H.G. **The war that will end war**. Londres: Frank & Palmer, 1914.

WHAT (POLITICAL) GEOGRAPHY OUGHT TO BE. POLITICAL GEOGRAPHY BETWEEN WAR AND PEACE

ABSTRACT

The text examines classical Political Geography authors such as Kropotkin, Mackinder, Hartshorne to illustrate the profound relationship between the history of Political Geography and peacebuilding - even if its origins and development has frequently been interwoven with geostrategic studies, naturalizing and “decontinuist” views. It points to the importance of world congresses to the reunion of scientists as “world citizens” in quest of abolition of prejudice – albeit the frequent exercise of academic Geography by military personnel. A political geography for peace seeks to overcome geopolitical discourses and to build more nuanced and critical geographical imaginations, contributing to the search for harmonious relations, porous, flexible, as is the space that is constitutive to territory.

PALAVRAS-CHAVE: Political Geography; Peace; History of Geographical Thought; Geopolitics; War.